

CONFLITOS POLÍTICO-ELEITORAIS QUE MARCARAM A PROVÍNCIA DA BAHIA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Oswaldo Silva Felix Júnior
Mestre em História Regional e Local – UNEB
E-mail: felixinfa@terra.com.br

RESUMO: Entre 1864 e 1870 o Brasil esteve envolvido na Guerra do Paraguai. O conflito envolveu as principais províncias do Império, mobilizando um grande efetivo de homens para complementar os efetivos do Exército e da Armada. A província da Bahia foi uma das mais exigidas, enviando para a guerra um efetivo superior a 17 mil homens. Entre os contingentes que seguiram estava o Corpo de Polícia da Capital. Esse Corpo era importante, pois era responsável pelo policiamento de Salvador e do Recôncavo. Porém, em plena guerra e com deficiência no policiamento, convocaram-se eleições primárias para vereadores e juizes de paz, em algumas freguesias da província, e foi durante esse período que ocorreu uma série de conflitos que marcaram a segurança pública na Bahia. Este artigo busca mostrar o grau de insegurança vivenciado pelas localidades do interior da província, com a ida para a guerra do Corpo de Polícia e a insatisfação dessa população em relação aos governos locais.

PALAVRAS-CHAVE: História. Bahia. Conflitos.

POLITICAL-ELECTORAL CONFLICTS THAT MARKED THE PROVINCE OF BAHIA DURING THE WAR OF PARAGUAY

ABSTRACT: Between 1864 and 1870 the Brazil was involved in Paraguay War. The conflict involved the major provinces of the Empire, mobilizing a large effective of men to complement the effective Army and Navy. The province of Bahia was one of the most demanded, sending to war a number superior to 17 thousand men. Among the contingents that had presented themselves was the Police Corps of the capital. This Corps was important, because it was responsible for the policing of Salvador and the Recôncavo. However, during the war and with police deficiency, primary elections for Councilmen and Judges of Peace were organized in some counties of the province, and during this period a series of conflicts broke out which affected the public security in Bahia. This article aims to show the degree of insecurity experienced by localities within the province, with going to war in the Police Corps and the dissatisfaction of the population in relation to local governments.

KEYWORDS: History. Bahia. Conflicts.

INTRODUÇÃO

Entre 1865 e 1870, a América do Sul foi palco da Guerra do Paraguai. O conflito colocou de um lado o Brasil, a Argentina e o Uruguai, e, de outro, o Paraguai. A guerra envolveu as principais províncias do Império, mobilizando grande efetivo de homens para complementar os efetivos do Exército e da Armada. A província da Bahia foi uma das mais

exigidas, enviando um efetivo superior a 17 mil pessoas. Esses homens, em sua maioria negros e mestiços, foram recrutados pelo governo provincial, que para isso utilizou diversas estratégias. Os contingentes que seguiram da Bahia para a guerra, foram denominados de “Voluntários da Pátria” (DORATIOTO, 2002, p. 114-117; DUARTE, 1981, p. 199).

O primeiro Corpo a ser enviado foi o batalhão de Polícia da Capital, em janeiro de 1865, que segundo o governo provincial, apresentou-se como um todo, do comandante ao mais jovem soldado, como voluntários a seguir para a guerra. Essa tropa, ou melhor, o que sobrou dela, só retornou à Bahia em 1870, por término do conflito. Durante o tempo em que o Corpo de Polícia esteve participando da guerra, foi criado um Corpo provisório que deveria ter o efetivo de 700 homens, mas, por ter reforçado o Corpo principal, em 1867, ficou com um efetivo reduzido, não conseguindo, por falta de voluntários, completar os seus claros (ARAÚJO, 1949, p. 36-40).

O presidente da província do período de 1868 a 1871, Francisco Gonçalves Martins, afirmou: que a ida para a guerra do Corpo de Polícia da Capital precipitou a criação de um Corpo provisório, que não conseguiu dar conta das alterações policiais que envolveram Salvador e o Recôncavo; que o número de policiais era insuficiente para as exigências dos serviços de polícia, ainda mesmo em épocas ordinárias; e que o Corpo de Polícia, ainda mesmo em seu estado completo, não era suficiente para as exigências do serviço em uma província tão extensa como a Bahia. Segundo ele, mesmo com 700 praças, não seria possível cobrir, com destacamentos, todo o território da província¹.

Este artigo busca dar conhecimento de alguns conflitos que marcaram o período em que o Corpo de Polícia esteve na guerra, tentando, com isso, caracterizar a situação da segurança pública vivenciada pelas localidades do interior e mostrar a insatisfação gerada com o envio dessa força para a guerra.

OS CONFLITOS INICIAIS

Para efeito político e administrativo, a província estava dividida territorialmente em municípios, termos (subdivisões dos municípios), freguesias (subdivisões dos termos) e distritos (subdivisões das freguesias). Para efeitos eleitorais, estava dividida em distritos eleitorais, que poderiam englobar um ou mais termos.

Nos anos de 1867 e 1868, em plena guerra, convocaram-se eleições primárias para vereadores e juízes de paz, e durante esse período ocorreram conflitos que desafiaram a

estrutura de segurança pública da província. Em 1867, nos dias 2 e 3 de fevereiro, ocorreram graves atentados que se perpetraram contra a segurança individual nas freguesias da Tapera e dos Humildes, no 2º distrito eleitoral, na do Bom Jesus, no 5º distrito, e no lugar denominado de “Roncador”, próximo à cidade de Lençóis, localizada na Chapada Diamantina, também no 5º distrito.

Nesses lugares, as parciaisidades que disputaram as eleições travaram lutas, tendo como conseqüências, duas mortes e vários feridos na primeira daquelas freguesias, e uma morte na segunda. Quanto ao resultado do que ocorreu no 5º distrito, consta oficialmente ter havido seis mortes e 11 feridos no Bom Jesus e uma morte no “Roncador”. Segundo o presidente da província, Ambrósio Leitão da Cunha, falando à Assembléia Provincial:

(...) a paixão política havia formado delírio: as conseqüências aí as registraré com dor a história da província! Aproveite ao menos a lição aos partidos políticos: procurem eles evitar no futuro a reprodução de fatos tão revoltantes; e reconheçam os altos poderes do Estado, a necessidade de reformas radicais no nosso defeituoso sistema eleitoral.²

Entretanto, o acirramento político entre os grupos rivais no interior da província não arrefeceu, ao contrário, se intensificou, e em 1868, com a convocação de novas eleições, outros enfrentamentos ocorreram, agora nos termos dos Lençóis e de Nazaré (Recôncavo baiano). Esses conflitos foram estimulados pela deficiência do policiamento no interior da província, com a ida do Corpo de Polícia para a guerra e pela transferência da missão de policiamento para a Guarda Nacional³, que desde a sua reorganização, em 1850, estava ligada por laços de mandonismo às lideranças locais, não conseguindo executar a contento a missão de manter a segurança no interior, principalmente onde a disputa pelo domínio político era mais intensa.

OS CONFLITOS DOS LENÇÓIS

Embora tenham sido enquadrados pelo governo provincial como incidentes isolados, os fatos ocorridos na região dos Lençóis, em 1868, merecem ser analisados como um conjunto, um mosaico de pequenos incidentes, que num todo, caracterizaram o acirramento político e a resistência às ações do governo ali estabelecido, inicialmente na forma de

¹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1870.

² Idem, Ibidem.

manifestação política, posteriormente, extrapolando para ações de grupos populares armados, que desafiaram as autoridades constituídas, demonstrando grande insatisfação social.

De acordo com o que revelam as fontes, os incidentes se iniciaram na noite de 31 de agosto de 1868, quando a população, insuflada por líderes de oposição ao governo local, colocou a cidade em um grande estado de desordem, desrespeitando as autoridades e entrando em choque com grupos de oposição, culminando com mortes e ferimentos em várias pessoas. No dia seguinte, 1º de setembro, novos confrontos ocorreram, levando à morte de um cidadão e ferimentos em outros. O chefe de polícia provincial, Antero Cícero de Assis, em relatório ao presidente da província, assim descreveu os fatos transcorridos naqueles dias:

(...) a importante cidade de Lençóis foi palco de cenas sanguinolentas nos dias 31 de agosto e 1º de setembro: na noite de 31 de agosto houve uma desordem tamanha que veio a resultar na morte de um indivíduo e ferimentos em outros, o que produziu foi uma exaltação difícil de descrever. No dia seguinte, por ocasião da entrada do coronel Antônio Gomes Calmon naquela cidade, considerado como chefe do partido conservador, dispararam-se tiros que resultou a morte do cidadão Vicente Pestana e ferimentos no juiz de paz Deraldo de Brito Gondim.⁴

Segundo o Barão de São Lourenço, visando acalmar os ânimos, para lá enviou autoridades estranhas ao lugar, no intuito de firmar o império da lei e dar garantias aos queixosos⁵. Havia por parte do governo provincial a vontade de influir sobre os ânimos locais, de pacificar as facções em luta e de conseguir um modo de vida mais fácil para as populações dessas áreas, não por mera bondade ou por atenção ao povo, mas, para manter o controle sob essas pessoas. Criticavam-se, no âmbito provincial, os excessos praticados pelos líderes dessas localidades, considerados verdadeiros potentados locais, e sempre que possível, o governo baiano procurava impor-se ante essas lideranças.

Segundo o relatório do presidente da província, no ano de 1869, novos fatos ocorreram, com grupos de desordeiros perturbando a tranquilidade pública, tendo como pretexto fatos argüidos ao tenente de polícia, então delegado, Manoel da Silva Cardoso. O governo fez partir, para manter a ordem no lugar, um outro delegado, o bacharel Felipe Daltro de Castro, que só chegou ao seu destino depois de novos incidentes, ocorridos em 19 e 26 de agosto. Esses acontecimentos tiveram como estopim, a tentativa de resgate de um “recrutado”

³ A Guarda Nacional foi criada em 1831, mas foi instituída em todos os municípios do Império por Lei n.º 602, de 19 set 1850, quando foi reorganizada.

⁴ APEB. Seção de Microfilmagem. Filme n.º 9. Relatório do chefe de polícia da capital, em anexo ao relatório do presidente da província, em 1869.

⁵ APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1870.

que vinha de Andaraí para Lençóis. A Força que conduzia esse recruta foi assaltada em São José. A guarnição recebeu uma descarga, respondeu, travando-se um conflito que resultou no ferimento de um inspetor de quartelão⁶.

A resistência ao recrutamento já era uma situação que vinha ocorrendo há muito tempo na Bahia, pois desde o início do século apenas os vadios, os pobres, os desocupados, os que não tinham sequer condições de ser votantes, eram recrutados para o Exército de Linha. Qualquer recrutamento envolvendo deslocamento no espaço e a obrigação de servir longe das roças ou vilas impunha sacrifícios e resistência a todo custo. (DIAS, 2005, p. 68).

A resistência era mais expressiva quando exercida por negros e mestiços livres, pois viam no recrutamento ao Exército, uma forma de o branco impor-lhes trabalhos forçados, equiparando-os aos escravos. Nesse caso, a resistência foi materializada pela violência física e pelo confronto armado.

Em outro incidente, o delegado de polícia, que se dirigia em proteção ao alferes José Geraldes de Aragão, subdelegado de Andaraí, teve a sua guarnição atacada na região denominada de “Marco”, resultando ferimentos em diversos soldados e no próprio delegado, que recebeu uma bala na orelha esquerda, levando-lhe a parte superior do órgão⁷.

Finalmente, no dia 28 de agosto, os conflitos se tornaram mais intensos, e o chefe de polícia provincial relatou que o tenente Antônio Martins Barbosa, que pela cidade dos Lençóis passava com sua tropa, foi inopinadamente atacado por um grupo de desordeiros, resultando serem os mesmos postos em debanda, capturando-se 19 deles, sem haver morte de ambos os lados. Logo que as notícias chegaram à capital, partiu para lá uma força de cavalaria, que, juntamente com o juiz de direito da comarca, bacharel Estevão Vaz de Carvalho, conseguiu apaziguar a região⁸.

Os homens a quem o chefe de polícia se refere como desordeiros, possivelmente, eram pessoas comuns, pobres, que levados por sentimentos de revolta contra o sistema político e social vigente, que os oprimia, provavelmente, orientados por lideranças locais, se atreveram a enfrentar as tropas legais, como ato de resistência àquela situação. Uma maneira de chamar a atenção para as autoridades, dizendo em alto e bom tom: “não agüentamos mais”.

Embora o governo tenha conseguido manter a tranqüilidade pública na área dos Lençóis, a preocupação com aquela região foi tamanha, que em 1870, com o fim da guerra e o

⁶ APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1870.

⁷ Idem, Ibidem.

⁸ Idem, Ibidem.

retorno dos batalhões da Guarda Nacional, o presidente da província determinou uma reorganização das companhias do 101º batalhão, passando a 6ª companhia a fazer parte da tropa que tinha sob sua responsabilidade o termo dos Lençóis, sediando-a naquela cidade. A idéia do Barão de São Lourenço era reforçar o policiamento naquela área, tida como problemática e perigosa.

O CONFRONTO DE NAZARÉ

Também em 1868, mais precisamente no dia 7 de setembro, a freguesia de São Miguel da Aldeia, termo de Nazaré, foi palco de um sangrento enfrentamento de dois grupos políticos rivais, um chefiado pelo 1º juiz de paz e capitão da Guarda Nacional, Gregório Monteiro de Andrade, e o outro, pelo tenente-coronel da Guarda Nacional, Manoel de Souza Sampaio⁹.

Era o dia marcado para as eleições e a população encheu o adro da igreja da freguesia, aguardando a chegada do juiz de paz, Gregório Monteiro, autoridade que normalmente, por lei, presidia os trabalhos relativos aos pleitos eleitorais. Tendo por desculpa a segurança do pleito, o capitão da Guarda Nacional Antônio Ferreira de Camurugi, subdelegado da localidade, recebeu do tenente-coronel Sampaio, que pertencia ao 45º batalhão da Guarda, unidade responsável pelo policiamento daquela área, uma guarnição composta de 10 guardas, sob o comando do sargento Joaquim Libório de Souza¹⁰.

Mesmo antes do dia marcado para a eleição, correu pela freguesia, o rumor de que o grupo do tenente-coronel Sampaio iria impedir que os homens alinhados com o juiz de paz adentrassem a localidade. E as fontes revelaram que o rumor tinha um fundo de verdade, pois a idéia do tenente-coronel Sampaio era de impedir que esses homens adentrassem ao local de votação, principalmente o juiz Gregório, pois com a ausência do 1º juiz, deveria ser convocado o juiz substituto, que era ligado ao seu grupo, e, com o apoio deste, o tenente-coronel realizaria a manipulação das eleições, para que os seus candidatos saíssem vitoriosos¹¹.

A informação chegou aos ouvidos do grupo liderado pelo juiz Gregório, que procurou o apoio de três líderes populares locais: Januário Ferreira Leal, morador de um lugar denominado “cabeça de boi”, Miguel dos Anjos e o “crioulo Thomé”, morador de outra localidade denominada “cachoeirinha”. Numa nítida atitude de afronta ao tenente-coronel

⁹ APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1869.

¹⁰ APEB. Biblioteca. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Maço 6494.

¹¹ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Autos do processo. Maço 6494.

Sampaio, esses líderes e sua gente juntaram-se ao juiz Gregório. Cerca de 300 pessoas seguiu em direção à entrada da localidade, grande parte armada pelo próprio juiz¹².

Do outro lado, o tenente-coronel Sampaio, usando de sua influência e patente, e tendo como “testa de ferro” o capitão Camurugi, subdelegado, determinou à tropa que estabelecesse um bloqueio na entrada da cidade, sob o pretexto de fazer cumprir a lei e impedir a entrada de pessoas armadas no local de votação¹³.

A guarnição, agora sob as ordens do capitão Camurugi, que assumiu o comando da tropa, acompanhada do próprio tenente-coronel Sampaio e de outros integrantes do seu grupo, o capitão da Guarda Nacional e também subdelegado, José Francisco de Andrade Bulhões e dos capitães Galdim Marques de Azevedo e Antônio Cunha Barreto, cumpriu o determinado e esperou a chegada do grupo rival. Além dos soldados fardados, foram colocados praças à paisana e civis, em pontos estratégicos, que pudessem reagir a uma ação do grupo oposto¹⁴.

Por volta das 10 horas da manhã, os seguidores do juiz Gregório se deslocaram para o local do bloqueio. Iniciou-se ali uma cerrada discussão e a guarnição da Guarda Nacional exigiu que eles depusessem as armas. Após a ocorrência de resistência e chingamentos, um “pardo” de nome Marciano, ligado ao grupo do capitão Camurugi, que estava escondido numa casa próxima ao local, disparou um tiro contra as pessoas que acompanhavam o juiz de paz, iniciando um grande tiroteio¹⁵.

A pequena localidade de São Miguel da Aldeia, naquela tarde, se transformou num grande “campo de batalha”, com homens correndo para todos os lados, tentando, uns se protegerem, e outros, atingir os seus adversários. Gritos, confusão, tiros disparados para todas as direções, feridos sendo socorridos e mortos tombados pelo chão. O conflito resultou na morte de João Marques da Cruz, Manoel Esteves, Pedro Feitosa e André Cursino, além de grande número de feridos de ambas as partes¹⁶.

O chefe de polícia provincial, mandado ao lugar pelo presidente da província, fez prender os suspeitos dos homicídios, de ambos os lados, e os submeteu a processo. Na ocasião, foram presos mais de 30 homens, entre eles, o capitão Camurugi, o juiz Gregório, o sargento Libório, o subdelegado Bulhões e o tenente-coronel Sampaio. Formada a culpa, foram alguns dos acusados pronunciados, e outros, não, indo, porém, os autos ao juiz municipal, que resolveu despronunciar os que haviam sido pronunciados pelo delegado,

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ Idem, *Ibidem*.

¹⁴ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Autos do processo. Maço 6494.

¹⁵ APEB. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Autos do processo. Maço 6494.

¹⁶ Idem, *Ibidem*.

anular o processo e mandar que se instaurasse outro, pelo crime de resistência, contra os homens do grupo do juiz de paz, que o delegado não pronunciara¹⁷.

Esses homens ficaram na cadeia pouco tempo, pois impetraram recurso de habeas corpus e foram soltos por acórdão do Superior Tribunal da Relação¹⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses confrontos espelharam o clima acirrado e violento em que se deram as eleições primárias no interior da Bahia durante a segunda metade do século XIX, período em que conservadores e liberais disputaram o poder político no Império, e os grandes proprietários de terras disputaram o poder local nos diversos municípios das províncias. Essas disputas políticas transcorreram entre grandes proprietários, pois além do comando político, estavam em jogo os laços de mandonismo locais.

A partir da reforma eleitoral de 1846, as forças de repressão conseguiram aprovar medidas que aumentaram a vigilância sobre as populações pobres, e utilizaram para isso, entre outras autoridades, os juizes de paz. Os juizes eram obrigados a participar ao chefe de polícia, os acontecimentos extraordinários de interesse da segurança pública e remeter, semanalmente, relação contendo dados pessoais e outras referências das pessoas que chegassem para residir no seu distrito. (DIAS, 1998, p. 69).

A liderança exercida pelo juiz Gregório foi fruto do conhecimento que ele possuía da população, como parte da própria natureza de sua função, e dos laços que, naturalmente, advinham do convívio diário.

Mas qual a importância desses conflitos para a história da Bahia? A Bahia durante o século XIX, vivenciou uma série de incidentes sociais que marcaram a história da capital da província e determinaram o quanto a sua população, ou parte dela, as classes excluídas, estava insatisfeita e indignada com o governo e com a situação socioeconômica precária por que passava. A Revolta dos Malês, a Cemiterada e a Revolta dos Chinelos, por exemplo, cada uma com suas peculiaridades, serviu para mostrar a linha tênue que dividia a população da capital entre o ordeirismo e a revolta. (TAVARES, 1966, p. 135-138).

Os conflitos político-eleitorais que se estabeleceram no interior da Bahia, durante o período da Guerra do Paraguai, em particular nos anos de 1867, 1868 e 1869, se

¹⁷ APEB. Biblioteca. Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Série Polícia. Maço 6494.

¹⁸ APEB. Biblioteca. Relatório do presidente da província, em 1869.

caracterizaram por mostrar o grau de insatisfação que a população do interior mantinha em relação aos governos locais, o grau de acirramento político e de disputas pessoais que existiu em diversos municípios da província, em relação às eleições primárias, e por chamar a atenção do governo provincial para uma área até então pouco priorizada, a segurança pública no interior da província.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Oséas Moreira de. **Notícias sobre a polícia militar da Bahia no século XIX** (obra aprovada pelo 1º Congresso de História da Bahia) – 1949.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai**. O imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador, BA: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

Recebido em: 22/05/2008
Aprovado em: 15/12/2008